



# OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE O IMPÉRIO

Mario Jorge da Fonseca Hermes

---

Transcrição de matéria publicada na Revista Marítima Brasileira (edição julho-setembro de 1990). Continua e conclui artigo sob o mesmo título publicado em *A Defesa Nacional* (edição abril-junho de 1991).

---

**A**ntes de concluir o tema proposto, o autor julgou de interesse traçar um perfil do Império, em linhas as mais gerais possíveis, na suposição de, assim fazendo, permitir uma melhor compreensão da posição militar no contexto existente.

Sob os aspectos político e jurídico, o Império foi balizado pela Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, de cunho absolutista e centralizador, segundo as tradições das Casas de Aviz e de Bragança, com os juristas predominando no controle da coisa pública. “Depois de dividir as funções com a fidalguia, eles se tornaram titulares exclusivos dos

grandes cargos, embrionariamente ministeriais. A crise de 1883-85 definiu a entrada para o mando e para as decisões dos legistas no paço real (...). Aclamado o Mestre (de Aviz) regedor e defensor do reino, dos sete conselheiros que escolheu, para com ele dividir a responsabilidade do governo, quase todos eram legistas (...). A importância dos legistas, constituindo já eles uma classe própria, foi crescendo sempre; e, no meado do século XV, os doutores ocupavam na sociedade um lugar tão elevado (...). No século XVI os legistas formavam uma espécie de casta.”<sup>1</sup> Por outro lado, “o serviço militar tornava-se um serviço público, remunerado ao



talento do rei, obrigatório sem o subterfúgio do consentimento. A nobreza cedia todos os seus privilégios ancestrais: no futuro, só lhe restaria, ares cortesãos, despida a arrogância, pedir um lugar no governo, fonte única de poder, de prestígio, de glória e de enriquecimento”.<sup>2</sup>

D. Pedro I e aqueles capitaneados por José Bonifácio não cederam às pressões das correntes liberais, que absorviam as idéias das Revoluções Americana, Francesa e do Porto. O temor à fragmentação do Império em república, ao sabor do entusiasmo exaltado pelas motivações liberais, também foi razão determinante do caráter centralizador de nossa primeira Carta Magna. O autoritarismo dos dois imperadores, embora dissimulado em D. Pedro II, tornou-se uma constante, coibindo qualquer veleidade de autonomia política e administrativa às províncias e aos municípios, e, assim, impedindo que, em todos os níveis, fosse praticado o autogoverno. É interessante notar quão diferente era o desenvolvimento do processo político nos Estados Unidos da América, depositário da cultura anglo-saxônia. “A lei e a política constituíram influências poderosas no sentido de promover contatos entre os colonizadores do Oeste e a intelectualidade do Leste. A Constituição e as Ordenações de 1787 revelaram grande presciência, quanto ao que dizia respeito aos Estados e Territórios futuros. Devido a eles, havia em toda parte, logo que existia uma população suficiente, governo próprio, afinado

pela Constituição, tal como era ela interpretada pela Corte Suprema. O autogoverno proporcionava educação política, e as campanhas federais punham os homens a par das opiniões mais adiantadas quanto a questões de importância nacional.”<sup>3</sup>

A Constituição do Império permitia aos militares participarem da política. D. Pedro I, por não contar com “civis laicos bem educados” em número suficiente, teve de socorrer-se dos militares aristocratas para o desempenho das atividades de governo, nas esferas do Executivo e do Legislativo. É também verdade que o imperador, após a aclamação e a dissolução da Assembléia Constituinte, necessitava da lealdade militar. Com a criação das Escolas de Direito, o número de bacharéis foi crescendo e os “membros da profissão das leis ganharam o controle de virtualmente todos os mais importantes postos legislativos e administrativos”.<sup>4</sup>

Os números que se seguem mostram o que foi a presença militar no Senado e no Conselho de Estado. Durante os nove anos de reinado de D. Pedro I, 12 militares foram designados para o cargo vitalício de senador e cinco para o Conselho de Estado, que possuía 14 membros. A Regência, período em que o Conselho de Estado deixou de existir, nomeou dois senadores. D. Pedro II designou para o Senado quatro militares na década de 40, dois na de 50 e três no restante do seu reinado. Para o Conselho de Estado foram sete membros nas dé-



cadados de 40 e 50 e mais três até a República. Em 15 de novembro havia apenas um militar membro extraordinário do Conselho de Estado: Beaupaire Rohan, velho e inválido. Declínio semelhante é observado na participação de militares na Câmara Temporária.<sup>5</sup> Deve ser creditado também, para que tal tivesse ocorrido, a desconfiança da classe política em relação aos militares de terra após o 7 de Abril e o desaparecimento progressivo daqueles de origem aristocrática.

O sistema monárquico parlamentar brasileiro careceu de representatividade. O Parlamento era o "polichinelo eleitoral dançando segundo a fantasia de ministérios nomeados pelo imperador".<sup>6</sup> O povo, a essência da representatividade, não vota. "Excluídos os escravos, os analfabetos, os menores de 25 anos, os filhos-família, os religiosos, e os indivíduos desprovidos de renda anual de 100\$ por bens de raiz, indústria, comércio, ou empregos, poucos são chamados ao voto e poucos os elegíveis."<sup>7</sup> Na eleição de 1872, diz Gilberto Amado, numa população de 10 milhões de habitantes, cálculo otimista avalia entre 300.000 e 400.000 as pessoas aptas aos comícios eleitorais.<sup>8</sup> Às vésperas de 15 de novembro, "um dos capítulos de uma obra de propaganda do Brasil, expressamente preparada para a Exposição Internacional de Paris, trará este fecho significativo: 'Até a revisão de 1887, o número de eleitores no Brasil somava um total aproximado de 200.000; isto é, 1,5 por

cento da população. É um dos menores eleitorados que se conhece'. E a situação não mudará apreciavelmente em 40 anos que se seguiram à queda do regime".<sup>9</sup> Ao lado da pequena representatividade, a legislação e o processo eleitoral incentivavam a fraude, a ponto de ser dogma político que ao partido do poder tudo era permitido, menos perder a eleição. As Câmaras resultantes das consultas aos eleitores caracterizavam-se pela representação de um só partido, aquele do gabinete que o imperador chamava para conduzir o governo.

O conturbado período regencial não conseguiu sustentar o cenário político liberal, cujo ápice fora atingido no 7 de Abril, que propugnava pela Federação, pelo Senado temporário, pela ausência do Conselho de Estado e o término do Poder Moderador. Permaneceram as idéias conservadoras com a centralização do poder no imperador, que dispunha, para proteger seus atos do Senado Vitalício, constituído por maioria conservadora, do Conselho de Estado e da figura jurídica do Poder Moderador.

A morte de D. Pedro I, em Portugal, terminou com a facção restauradora e permitiu a formação do Partido Conservador, que aglutinou a corrente dos Andradas, as figuras maiores do 7 de Abril, os seguidores de D. Pedro I e que dominou a política do Império. "Os homens que a revolução produziu eram na sua maior parte novos, sem tirocínio, cuja inexperiência (...). A nação sem desejar



a volta de D. Pedro era todavia camaruru, isto é, voltava sua simpatia e confiança, para os homens que a revolução tinha posto à parte.”<sup>10</sup>

Durante a Regência e nos primeiros anos da maioridade, os conservadores acenavam sempre com o perigo da anarquia e os liberais, com os apelos ao povo, ambos “falsos e demagógicos”.

Pacificado o Império e após o gabinete da conciliação, D. Pedro II encontrou a estabilidade política para governar. As críticas liberais existiam, algumas violentas, contra a posição absolutista e ditatorial do imperador, mas a verdade é que os liberais usufruíram da situação e foram gabinetes conservadores que implementaram algumas das idéias liberais, inclusive a Abolição.

O imperador entendia que o Brasil estava próximo do modelo parlamentarista inglês. Assim, replicou a um diplomata estrangeiro que lhe observara que ele “reinava e governava, não obstante a máscara de Imperador Constitucional”: “Vossa Excelência se engana. Eu deixo andar a máquina. Ela está bem montada e nela tenho confiança. Somente quando as rodas começam a ranger e ameaçam parar, ponho um pouco de graxa.”<sup>11</sup> Reconhecia haver usado “de graxa” para a derrubada de três ministérios: o de 1843, e os presididos pelo Visconde de Abaeté (1859) e por Zacarias de Goes e Vasconcellos (1868). Poder-se-ia acrescentar o chefiado por Caxias (1875), quando não atendeu o pedido do velho duque para

substituí-lo pelo Barão de Cotegipe, e chamou os liberais para ocupar o governo. “O sistema político do Brasil” — escreveu D. Pedro II — “funda-se na opinião nacional, que muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe. Dificílimo estudo, com efeito, por causa do modo por que se fazem as eleições.”<sup>12</sup> A inautenticidade das eleições e o diminuto número de eleitores caracterizavam a inexistência de representatividade no Parlamento do Império.

D. Pedro II, no seu longo reinado, convivera com várias gerações de políticos, mas poucos lhe mereceram respeito. \* À medida que o tempo passava, aumentava, para o imperador, a sensação de *déjà vu*, e é bastante provável que percebesse que deveria comandar o espetáculo em lugar de deixá-lo nas mãos de conservadores ou liberais. Ao analisar-se, já à distância, os fatos, o que é diferente e bem mais cômodo que os viver, se é levado à conclusão de que a manutenção do *status quo* não permitiu, com a presença de maiores contingentes eleitorais, a renovação política e,

\* **NOTA DO AUTOR** — Bernardo Pereira de Vasconcellos, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de São Vicente), Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), José Tomás Nabuco de Araújo, o Conselheiro Saraiva, Visconde do Rio Branco, Duque de Caxias, Gaspar Silveira Martins e Alfredo Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), de certo, foram homens que mereceram o respeito de D. Pedro II.



em consequência, a oxigenação da sociedade. Nada indica, porém, que a maioria dos políticos, mesmo de alguns que acusavam o imperador de absolutista, fosse favorável a essa oxigenação...

Talvez, o mais elaborado ataque ao Poder Moderador, e, por conseguinte, ao imperador, tenha sido feito por Nabuco de Araújo, liberal, em razão da queda do gabinete Zacarias, considerado, à época, no limiar de um golpe de estado. O pronunciamento ocorreu no Senado, em 17 de julho de 1868, e ficou conhecido como o discurso do *sorites*. Eis algumas passagens da oração: "Sr. Presidente, sou chamado à tribuna por um motivo que, em minha consciência (talvez esteja em erro), é muito imperioso. Este motivo, senhores, é que tenho apreensões de um governo absoluto; não de um governo absoluto de direito, porque não é possível neste país que está na América, mas de um governo absoluto de fato (...) não apenas fazer um protesto, não sobre a legalidade do ministério atual, porque em verdade a Coroa tem o direito de nomear livremente os seus ministros, mas sobre a sua legitimidade. A escravidão *verbi gratia* entre nós é um fato autorizado por lei, é um fato legal, mas ninguém dirá que é um fato legítimo, porque é um fato condenado pela lei divina, é um fato condenado pela civilização, é um fato condenado pelo mundo inteiro." (...) foi chamado ao ministério uma política vencida nas urnas, que tinha produzido a maioria que se acha vigente

e poderosa no Parlamento. Isto, senhores, é sistema representativo? Não. Segundo os preceitos mais comecinhos do regime constitucional, os ministérios sobem por ser a maioria, como hão de descer por outra maioria; o Poder Moderador não tem o direito de despachar ministros como despacha empregados, delegados e subdelegados de polícia; há de cingir-se para organizar ministérios, ao princípio dominante do sistema representativo, que é o princípio das maiorias. Pois, sem dúvida, senhores, vós não podeis levar a tanto a atribuição que a Constituição confere à Coroa de nomear livremente os seus ministros; não podereis ir até o ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de fazer política sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprouver. Ora, digei-me: "Não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições em nosso país? Vede estes sorites fatal, estes sorites que acaba com a existência do sistema representativo, o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo em nosso país (...). No coração do próprio ministério, como na consciência de nós todos, está o reconhecimento da ilegitimidade do gabinete atual e de todos os ministérios que forem saídos, não das maiorias, mas simplesmente da vontade do poder irresponsável."<sup>13</sup> Era o que



se poderia chamar de um parlamentarismo de cima para baixo. Joaquim Nabuco entendeu que, com esse discurso, “começava, de algum modo, a fase final do Império”.

“Saraiva estava no mesmo pensamento de Nabuco (de Araújo). Também ele que em 1858 tinha escrito a bela carta ao *Correio Mercantil*, negando a existência do governo pessoal, fazia agora consistir a aspiração de sua vida pública em pôr fim ao poder ditatorial da Coroa, resultante de não estar a vez do partido entregue ao eleitorado, mas ao Poder Moderado.”<sup>14</sup>

Joaquim Nabuco observou: “Ao lado de uma frase em que eu falava da prostituição eleitoral em ‘o erro do imperador’, S.M.I. lançou a seguinte nota: “Não é o vestido que tornará vestal a messalina, porém sim a educação do povo e portanto a do governo. Parece que devo conhecer essa chaga, pois a observo, sem ser mero expectante, há quarenta e tantos anos...”<sup>15</sup>

O imperador chama, em 1879, José Antônio Saraiva para chefiar o gabinete e modificar o sistema eleitoral. O que buscava a nova lei — a Lei Saraiva — era a moralização das eleições, o que seria conseguido, supunham seus defensores, pelo voto direto e, segundo seu autor, por uma melhor qualificação do eleitor. A nova legislação permitiu que os acatólicos tomassem parte no processo eleitoral, mas insistiu com a condição de “prova de renda”. Com isso, o número de eleitores diminuiu e, sob

este aspecto, a representatividade. “Falando cinco anos antes no Senado, havia dito Saraiva que, a seu ver, a condição de saber ler e escrever era o bastante para servir à eleição direta. É que os não analfabetos já teriam, em geral, pelo menos uma renda sofrível e as exigências corresponderiam a uma duplicação desnecessária. Agora, porém, um dos poucos pontos de seu projeto para os quais pedia aprovação era o relativo à prova de rendas, e na discussão insistiu muito que era contrário ao sufrágio universal, pois este importaria no predomínio das classes mais baixas e miseráveis sobre as outras, que, dispondo de haveres e ilustrações, pareciam mais naturalmente interessadas na manutenção da ordem, na preservação da tranquilidade pública e no bom funcionamento das instituições. Em resposta a um aparte, acentuou que havia diferença entre renda e salário; que o infeliz assalariado depende de outros para ganhar seu pão de cada dia, e, assim, não oferece garantias de independência.”<sup>16</sup> A posição de Saraiva ao priorizar o componente renda no processo eleitoral, refletia preferência à oligarquia do capital e não à democracia. Saraiva preside a primeira eleição sob a nova lei eleitoral: 150.000 alistados, comparecimento de 64 %. Portase como um magistrado. O governo vence-as, mas a oposição, fato inusitado, faz um terço da Câmara. Ministros que disputavam cadeiras não foram reconduzidos. Foi considerada a eleição mais limpa, ou talvez a única



limpa do Império. Parecia que a nova lei resolvera a questão. Mas, ao assumir o governo o Barão de Cotegipe (conservador) e ao obter permissão do imperador para convocar eleições, tudo voltou ao que era antes. O mesmo aconteceu com Ouro Preto (liberal), que presidiu o último gabinete do Império. Tinha razão D. Pedro II: “Não é o vestido que torna vestal a messalina...” Faltava razão ao Conselheiro Saraiva em sua crença de que “para se obterem boas eleições, o passo importante seria um expurgo devastador no eleitorado, de sorte que só restassem os votantes bons, isto é, dotados de haveres e ilustração, pois só estes saberiam bem escolher seus representantes”.<sup>17</sup>

Em termos sinóticos a influência conservadora do Primeiro Reinado cedeu posição, ao seu final, à onda liberal, que se manteve na Regência até 1834; daí até o golpe da maioria dominaram os conservadores, que, somente após a guerra com o Paraguai, passaram a ter sua supremacia política contestada.

A economia colonial — montada sobre o extrativismo e em estrutura agrária alicerçada na monocultura de cunho extensivo e predatório, que demandava mão-de-obra numerosa suprida pelo braço escravo — tinha por finalidade exportar para Lisboa, o grande entreposto europeu, o que fosse produzido no Brasil. A férrea centralização política, que determinou a subordinação direta das capitâncias à metrópole e um mercantilismo que, desde o século XIV, sem

qualquer imaginação, visava apenas ao lucro imediato, foram as constantes econômico-administrativas da Coroa portuguesa através dos tempos. O Brasil foi submetido a essa orientação espoliativa, que quase nada possuía de ação colonizadora. Se o mercantilismo não acumulou riquezas para Portugal, muito menos o fez para a colônia. Havia apenas uma nuance; era deliberada em relação à colônia a manutenção do atraso, da pobreza e, mais que tudo, da ignorância.

A Independência não trouxe modificações na estrutura econômica colonial, pois, das diferentes correntes de opinião que lutavam pela autonomia, a maioria desejava a manutenção do *status quo*. Assim, a economia do Império teve por base a exportação, que, com a decadência do extrativismo e do açúcar de cana, fixou-se quase que exclusivamente no café. A agricultura de subsistência não era estimulada. O Império exportava para importar. Importar implementos agrícolas que permitissem aumentar a produção e, em consequência, as exportações, importar gêneros de primeira necessidade para a alimentação, para o vestuário e importar supérfluos para atender a europeização de ínfima parcela da sociedade, a nova aristocracia. A modificação dos costumes que constituiu o verniz dessa “nata social” ia desde o vestir, até o que e como comer. A indústria, não permitida à Colônia, sempre lutou, no Império, para obter um lugar ao sol; mas aqueles que ousavam empresar



nesse ramo tinham de lutar contra interesses ingleses e nacionais. Um mote foi criado, o de ser “o Brasil um país essencialmente agrícola”, que perdurou até a revolução de 1930. A ausência de proteção aos brasileiros impediu que houvesse a evolução do artesanato para as pequenas indústrias, e dessas para o início da industrialização. Era impossível competir com a qualidade e os preços ingleses. De qualquer modo, foram louváveis os esforços de Mauá na Ponta da Areia e o da construção naval-militar durante e após a guerra com o Paraguai. Os cofres públicos eram supridos, em sua maior parte, pela taxaço sobre as importações, bem superiores daquela sobre os produtos exportados, pois, afinal, havia que se exportar. O tráfico e o comércio de escravos foram as atividades mais lucrativas.

Os fazendeiros, mormente os produtores de café — fruto que necessitava de longa maturação da semeadura à colheita — que a partir da década de 40 passam a sustentar a economia do Império, foram obrigados a valer-se do crédito (na composição do custo, a terra era muito barata ou mesmo gratuita, porém a mão-de-obra, principalmente após o término do tráfico, insidia fortemente), a princípio das mãos conhecidas e até amigas dos comissários. Mas, com o crescimento da lavoura, que precisava crescer para saldar seus compromissos, os fazendeiros passaram a recorrer aos bancos, únicos com capital para financiar e que, desde a abertura

dos portos, começaram a intermediar a exportação e a importação em benefício dos banqueiros ingleses e da Coroa britânica.

A finança, mais no discurso que na prática, pois que capitulara desde cedo a atração de imprimir papel sem lastro, era regulada pelo padrão ouro. Os empréstimos a curto prazo foram utilizados, com frequência, para cobrir o *déficit* público e permitir o devaneio da economia e das finanças em ordem.

“Mesmo a um exame superficial verifica-se que a estrutura brasileira não sofreu alteração com a autonomia. As relações de produção permaneceram as mesmas. Dominava-as, com a força adquirida em três séculos de estabelecimento e de desenvolvimento, o regime da grande propriedade e da produção extensiva sob o trabalho escravo.”<sup>18</sup> “O Brasil passou de dependência política de metrópole decadente para dependência econômica e financeira de metrópole próspera.”<sup>19</sup> É importante notar, no entanto, que, se os donos das grandes propriedades mantiveram durante o Império forte influência política, em termos econômicos foram tornando-se cada vez mais dependentes da finança externa, não possuindo, sob esse aspecto, nem o poder, nem a riqueza que alardeavam. “A verdade é que o império dos fazendeiros, mas agora dos fazendeiros das áreas adiantadas, porque os outros vinham perdendo cada vez mais a sua importância, só começa no Brasil com a queda do Império.”<sup>20</sup>



A estrutura social do Império decorreu dos componentes políticos, econômicos e da herança cultural recebida da época colonial. A sociedade era perfeitamente estratificada. Na base da pirâmide, os escravos, cujo trabalho sustentava a economia. Logo acima, e, algumas vezes, com elas misturando-se, brasileiros livres desocupados ou utilizados como servos, que não possuíam o direito de participar e expressar-se politicamente pelo voto. O que se convencionou chamar classe média, bastante diminuta, era formada por funcionários públicos de baixa hierarquia, pequenos comerciantes e pequenos proprietários de terra. Os imigrantes, cujo fluxo começa a crescer ao final do Império, situaram-se entre os desocupados e a classe média. No vértice, ínfimo grupo formado pela classe política, em sua quase totalidade constituída por bacharéis em direito — os casacas ou leigos, no dizer dos militares, ou os pedandocratas, segundo os positivistas —, os donos das grandes propriedades, os que traficavam e negociavam com escravos, os grandes comerciantes e alta burguesia, além da classe médica, que, no entanto, carecia de poder político. À Marinha cabia sustentar a política do Império no Prata; assim, possuía uma missão bem definida, de caráter profissional, o que tornava sua oficialidade, inclusive por sua origem, diferenciada na estrutura social da época, isto é, privando de convívio no vértice da pirâmide, conquanto sem influência política. O Exército,

deliberante e fator decisivo no 7 de Abril, efeméride que marca a consolidação da independência, foi intencionalmente marginalizado até a guerra com o Paraguai; daí em diante, progressivamente, as forças políticas perderiam o controle sobre a força de terra, que passa a ocupar espaço, principalmente político, no cenário nacional.

“A intervenção militar na revolução (7 de Abril) era sinceramente injusta, porquanto o melhor amigo do Exército era o Imperador D. Pedro I, quaisquer que fossem suas faltas, tinha em relação ao Exército uma compreensão muito mais clara de sua necessidade e de seu papel do que a legislatura, cuja hostilidade o derrubou. *Ao liberalismo brasileiro a eficiência militar do Exército pareceu sempre secundária; a sua função primordial, consagrada em 7 de abril e 15 de novembro, é a grande função cívica libertadora.* \* No Primeiro Reinado ninguém levou a mal sinceramente o malogro das armas brasileiras no Prata (...). O historiador do reinado atribui mesmo aos nossos desastres militares os mais salutares efeitos na ordem cívica. Segundo ele, a constante má fortuna das armas brasileiras produziu o resultado de desanimar as vocações militares e de inclinar as energias da geração nova para as vocações cívicas (...). D. Pedro não podia ver o nosso descrédito militar com essa filosofia de economista. Ele sentia a necessidade de tornar o Exército apto para a guerra e

\* Grifo do autor.



para a vitória, de criá-lo de novo (...). Quando a Câmara reduziu as forças de mar de 7.000 a 1.500 homens, o bom senso estava com o governo que resistia (...). Pouco depois da revolução o partido que havia aproveitado a ação do Exército em 7 de abril só tinha um desejo: dispersá-lo, dissolvê-lo, deportá-lo para os confins (...). Foi essa a primeira decepção do 7 de Abril: a do Exército, condenado, licenciado pelo partido que ele tinha posto no poder.”<sup>21</sup> Os motivos que levaram o Exército — a esta altura constituído, na quase totalidade, de sua oficialidade e praças, por brasileiros — a posicionar-se contra o imperador, que tanto prestigiara, iam ao encontro dos interesses maiores da nação recém-emancipada. As medidas tomadas por Feijó, por mais razoáveis que tivessem sido suas razões, fizeram com que o Exército fosse afastado da incipiente sociedade de então, e esse afastamento foi o início do fosso que foi sendo cavado e que culminou no 15 de Novembro.

A educação na época colonial esteve a cargo, na sua quase totalidade, dos jesuítas, até a expulsão da Ordem do Brasil, em consequência da política de Pombal. Sua preocupação era com a propagação da fé e não exatamente com a instrução. O ensino caracterizava-se pelo dogmatismo, portanto anticientífico. A retirada da Companhia de Jesus, no entanto, deixou um vazio que não foi preenchido. A Coroa portuguesa não tinha por política investir na educação; se esse era um fato para os reinos, não se-

ria de esperar que despendesse sequer um real para instruir brasileiros. “Um ensino precário foi assegurado de maneira irregular, por outras ordens religiosas e por leigos (...). O ensino de nível médio foi substituído de maneira irregular pelas aulas régias, cuja única vantagem (...) foi a introdução de novas matérias, até então completamente ignoradas: línguas vivas, matemática, física, ciências naturais etc.”<sup>22</sup> Sob esse aspecto houve progresso significativo.

Alguns homens de posse conseguiram preparar seus filhos e encaminhá-los a universidades européias, principalmente à Universidade de Coimbra, renovada no bojo das reformas pombalinas. A juventude brasileira que lá estudou formou uma elite intelectual que exerceu grande influência no processo que culminou com a Independência.

A chegada de D. João com sua numerosa corte e agregados determinou que medidas fossem tomadas na área de ensino, quase todas no sentido de formar profissionais para atender as necessidades do governo e dos que tinham transmigrado para a colônia. A Academia de Marinha viera com D. João; a Academia Militar foi criada em 1810; um curso de cirurgia, em 1808, no Hospital Militar da Bahia; no Rio de Janeiro, iniciaram-se cursos de anatomia e cirurgia, e, em 1809, os de medicina. Com isso garantia-se a formação de médicos para as Forças Armadas e para a corte.

É interessante registrar a preocu-



pação de D. Pedro I com a educação primária. A Constituição do Império determinava — no artigo 1º — a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares; no artigo 11, a criação de escolas para meninas nas cidades e vilas mais populosas; no artigo 179, a garantia de instrução primária gratuita a todos os cidadãos. “Nenhum desses dispositivos constitucionais foi cumprido.”<sup>23</sup> É correto o entendimento de que esses artigos eram extremamente ambiciosos, mas o que parece lamentável é a ausência de qualquer esforço governamental, durante todo o Império, para que se iniciassem suas implementações. Da Independência à República, em 1827, “foi decretada a única lei sobre o ensino primário, que proibia castigos corporais (...) esta lei não foi posta em prática.”<sup>24</sup>

Não era por falta de relatórios que dissertavam sobre o descabro da educação durante o Império que o problema deixou de ser enfrentado. “O relatório do ministro do Império, Conselheiro Paulino de Souza, apresentado às Câmaras em 1870, reflete o estado do ensino elementar no país: “Em algumas províncias a instrução pública mostra-se em grande atraso, em outras, em vez de progredir, tem retroagido, conservando-se aqui estacionária, ali andando com a maior lentidão. Em poucos é sensível o progresso; em nenhum satisfaz o seu estado, pelo número e excelência dos estabelecimentos de ensino, pela frequência e aproveitamento dos alunos,

pela vocação pelo magistério, pelo zelo e dedicação dos professores, pelo fervor dos pais em dar aos filhos a precisa educação intelectual, em geral pelos resultados que poderiam produzir esses meios combinados. Em muitas províncias tem-se reformado, reforma-se e trata-se de reformar a organização do ensino mas não se tem cuidado quanto conviria no principal, que é espalhá-lo, fiscalizar os que deles são incumbidos, para que efetivamente se distribua, haja ardor em promovê-lo em atrair alunos às escolas, ensinando-se o mais possível e ao maior número possível.”<sup>25</sup> É um relatório que poderia ser assinado por quase todos os ministros e secretários estaduais de educação, de todas as repúblicas que sucederam o Império. No limiar da República, para “nove milhões de habitantes da população livre, os alunos representavam 2% dessa população. Aliás, o recenseamento de 1870 registra um índice de analfabetos de 78% nos grupos dessa população nas idades de 15 anos e mais.”<sup>26</sup>

O ensino médio poder-se-ia dizer que era para alguns, uma vez que pequena era a procura. O poder público pouco cuidou dessa faixa de escolaridade, o que teve como consequência ficasse, quase que exclusivamente, aos cuidados das escolas particulares, que constantemente praticavam abusos, a despeito de parlamentares bradarem contra esse estado de coisas. Justiniano da Rocha, deputado, cha-

\* **NOTA DO AUTOR** — Os professores do ensino elementar eram muito mal pagos.



mava a atenção para a “exploração do ensino particular” e propôs projeto em que o dono de colégio deveria, antes de receber a autorização para abri-lo, provar: “Primeiro — que tem a necessária capacidade para o ensino a que se dedica; segundo — que tem a necessária moralidade e que ainda não sofreu pena alguma infamante.”<sup>27</sup> A que espécie de comerciantes estava entregue o ensino médio...

É digno de registro a criação do Colégio Pedro II, em 1837, ginásio modelo, único estabelecimento de ensino secundário oficial do Império, que recebia atenções especiais das autoridades e do próprio imperador, que, com relativa freqüência, o inspecionava e assistia aos exames para os cargos de professores, que eram por ele nomeados. Pelo Colégio Pedro II passaram jovens que tiveram atuação destacada no Império e na República. Entretanto, seu currículo primava pelo estudo de letras e ciências humanas, em detrimento da área científica. Essa foi uma constante do ensino brasileiro, que, infelizmente, permanece até nossos dias.

O ensino superior recebeu, desde a chegada de D. João, atenção maior, dentro do entendimento que as classes dominantes faziam da sociedade. Desse modo, preponderou a formação de bacharéis. Tal enfoque pesou muito nos destinos do Brasil, Império e República. O pequeno número de engenheiros, nos diferentes ramos das engenharias, e a ausência desses profissionais nas decisões políticas

deixaram o Brasil “à margem da História”, sem que suas elites pudessem compreender o significado da Revolução Industrial e a industrialização da Europa e dos EUA. Os médicos permaneceram nos grandes centros, não existindo preocupação, em termos de política de governo, com a saúde pública.

“A idéia de criação de universidades no Brasil foi objeto de cogitação de alguns parlamentares e do próprio imperador, mas nenhum projeto a respeito conseguiu concretizar-se.”<sup>28</sup> É interessante notar o pensamento das elites americanas, em época anterior a 1822. “A importância das escolas e universidades foi logo compreendida na América. Em 1870, em meio das complicações da Guerra da Independência, a legislatura da Virgínia concedeu uma dotação para a universidade em Kentucky: ‘Sendo de interesse da comunidade encorajar e promover sempre iniciativas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do espírito e para a difusão de conhecimentos úteis mesmo entre cidadãos que se encontrem mais distantes, e cuja situação num meio bárbaro, mantendo relações com pessoas rudes, poderia, de outro modo, torná-los hostis à ciência’. (...) Havia escolas em quase todas as vilas (...). As escolas não passavam de simples cabanas de madeira, mas, de qualquer modo, eram suficientes para ensinar quase todas as crianças a ler e escrever.”<sup>29</sup> Havia, realmente, um abismo entre as mentalidades das elites brasileiras e



americanas, e, de nossa parte, independeu de sermos Império ou República...

A filosofia da “difusão de conhecimentos úteis”, nascida com o povo americano — uma nação que foi jovem e moderna desde seus primeiros dias, com o senso da liberdade e do amor ao trabalho, sob o signo de uma constituição que permitiu fosse realizada na América a grande revolução do mundo contemporâneo —, incentivou-o a criar, a inventar, a lançar-se orgulhoso em direção ao futuro. “Em 1783, Benjamin Franklin inventa o pára-raios; em 1787, John Titch faz sua primeira demonstração da máquina a vapor de alta pressão; em 1807 Robert Fulton faz o seu navio a vapor; em 1884, Samuel Morse inaugura sua linha telegráfica entre Washington e Baltimore; em 1847, Richar Hoe imprime 8.000 exemplares de jornais por hora em Filadélfia; em 1851 William Kelly começa a desenvolver o seu processo de fazer aço, antecipando-se às descobertas de Bessemer; em 1868, Shole lança a máquina de escrever; em 1875, Swift termina e põe em uso o vagão frigorífico; em 1876, Alexandre G. Bell envia sua primeira mensagem telefônica; em 1875-77 Thomas Edson inventa a lâmpada elétrica e o fonógrafo; em seguida Goodyear com a vulcanização, Galting com a metralhadora.”<sup>30</sup> Mas não termina por aí, muito ao contrário. No entanto, é importante registrar “George Washington Craver, educado nascido no Missouri em 1864, professor de

botânica no Tuskegge Institute, a começar em 1896, e precursor da matéria plástica, descobre mais de trezentos produtos em que converter o amendoim”. George Washington Craver não era anglo-saxão como poderíamos estar supondo, mas sim “um negro retinto, filho de escravos, sem mescla de ariano (...). O prodigioso negro tornou-se pesquisador e inventor porque o ambiente e a cultura em que se plasmou a sua formação estavam saturados de invenções, de pesquisas e de respeito aos inventores e ao ofício de pesquisar. (...) George Washington Craver recebeu o prêmio Spingarn em 1923 e o prêmio Roosevelt em 1939.”<sup>31</sup> “Em 1854 os proprietários de uma serraria em Totusville, Pensilvânia, mandaram ao químico George H. Bossel, do colégio de Dartmouth, uma amostra de óleo encontrada em suas terras. Imediatamente Bissel assinalou o enorme valor do achado e pediu parecer ao célebre cientista Sulliman, do colégio de Yale.”<sup>32</sup> Em agosto de 1859, o Coronel Drake, contratado para fazer a prospecção, conseguiu que o petróleo jorrasse industrialmente pela primeira vez... Os EUA, a partir desse momento, já tinham assegurado a posição de nação mais rica e poderosa da Terra. Enquanto isso, o Brasil, que nasceu velho e devedor dos banqueiros internacionais, sob a tutela de uma Constituição anacrônica, como todas as que a sucederam República adentro; com sua elite possuída de mentalidade, no mínimo, acanhada, conti-



nuava, sob o domínio dos bacharéis, a fabricá-los aos borbotoes para que se pudesse legislar, fazer novas regras, regulamentar e, naturalmente, dificultar a vida dos que possuísem a capacidade de criar.

As tentativas ocorridas para que fossem implementadas, no Império, escolas profissionais não foram acolhidas pelos fazendeiros, no caso das escolas agrícolas, por eles não conseguirem compreender o que poderiam significar técnicas mais avançadas para a produção. Afinal, “por que iriam preocupar-se esses homens sem visão que possuíam terra fácil e barata e o braço escravo? A hostilidade às escolas técnicas para a formação de mão-de-obra para a indústria vinha, em parte, do horror que havia entre as elites pelo trabalho, sobretudo pelo trabalho manual, que tornava “vis as profissões ligadas às artes e ofícios”.

\*

Na década de 70, dois acontecimentos, a Questão Religiosa e a chegada ao Brasil do pensamento de Augusto Comte, merecem registro, por sua importância histórica e em razão do que contribuíram para a queda do Império e a Proclamação da República.

O ambiente político-filosófico-religioso existente trazia todos os componentes necessários à ocorrência de uma crise entre o Estado e a Igreja. De um lado, o “ultramontanismo triunfante”, cujo ápice ocorreria no pontificado de Pio IX, “depois

do *Syllabus*\* e do Concílio Vaticano, que declarou a infalibilidade do Papa”.<sup>33</sup> Do outro lado, o regalismo, a maçonaria e as idéias liberais. O regalismo era uma tradição da dinastia dos Bragança; dele constava a figura do beneplácito, instrumento que os monarcas portugueses e nossos imperadores utilizaram para contrabalançar a influência da Santa Sé na área temporal. Em consequência, encíclicas, bulas e constituições apostólicas necessitavam, para que vigorassem no Império, do *placet* do monarca. Os bispos, elevados a essa posição, pelo Sumo Pontífice, tinham que ser confirmados em sua nova hierarquia pelo imperador. O clero, que recebia suas cóngruas do Estado, era considerado, de alguma maneira, como funcionário público e designado para suas paróquias pelo poder temporal. A Constituição do Império, continuando a tradição dos Bragança e envolvendo todo esse contexto, fazia da Igreja Católica a igreja oficial, o que à época da Independência já se constituía em um anacronismo. O regime da igreja oficial determinava que “a vida do indivíduo fosse tutelada pela igreja do berço ao túmulo”, uma vez que “não vigoravam o registro civil, o casamento civil, os cemitérios secularizados, em que ser católico era condição para bacharelar-se e lecionar nas escolas superiores, para exercer cargos públicos ou fazer parte da representação nacional”.<sup>34</sup>

\* *Syllabus* — Lista que contém as afirmações contemporâneas julgadas inaceitáveis pelo Papa, publicada em 1864 por Pio IX.



A maçonaria, que tanta influência tivera na Independência, estava infiltrada nos níveis mais altos da política e da sociedade brasileira. O Visconde do Rio Branco, chefe do gabinete quando ocorreu a Questão Religiosa, era grão-mestre chefe da maçonaria, como grãos-mestres haviam sido D. Pedro I e José Bonifácio. Quanto a D. Pedro II, não se poderia dizer que fosse um católico obediente aos ensinamentos e doutrinas emanadas do Vaticano; ao contrário, não abdicava de sua realeza e do regalismo. Entre as condenações contidas nos documentos papais encontravam-se aquelas que diziam respeito à maçonaria. No Brasil, muitos padres eram maçons.

Os elementos encontravam-se frente a frente. Para que a crise eclodisse faltava o catalisador. E este apareceu nas pessoas de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, frade, capuchinho, bispo de Olinda, e D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará. Os dois foram lídimos e intransigentes defensores do ultramontanismo; cultos e inteligentes, possuidores de extremada fé e dotados de caracteres firmes que estavam dispostos a irem aos últimos sacrifícios pela causa da Igreja.

D. Vital logo após a sua indicação para o bispado, escrevendo a Pio IX, afirmava experimentar “uma alegria interna em testemunhar a Vossa Santidade minha fé em tudo o que ensina e aprova a Santa Igreja Romana, mãe soberana de todas as igrejas; eu creio, afirmo e abraço todas as verdades que

ela ensina, em particular os dogmas recentemente definidos pelo Concílio Ecumênico do Vaticano”.<sup>35</sup>

D. Vital e D. Antonio procuraram cumprir com exatidão, sem tergiversarem, as determinações de Pio IX e ordenaram que as irmandades religiosas de suas dioceses fizessem ver aos seus membros maçons da incompatibilidade entre a Igreja Católica e a maçonaria. D. Vital exorta a um membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, através do juiz dessa irmandade, para que ele abjure a maçonaria ou que da irmandade seja expulso. A irmandade diz-se impedida de cumprir a ordem do bispo, por não constar do estatuto, “aprovado ao mesmo tempo pelo poder civil e pelo eclesiástico”, cláusula que autorizasse expulsar o irmão pelo motivo alegado. Após troca de correspondências, “D. Vital lembra pesar sobre os iniciados na maçonaria pena de excomunhão maior lançada por decreto papal (...) e lança sobre a irmandade desobediente a pena de interdito, que permanecerá em pleno vigor até a retratação ou eliminação daqueles irmãos, que por infelicidade são filiados à maçonaria.”<sup>36</sup> A irmandade volta a recorrer, sem sucesso, ao bispo, e, então, apela ao Poder Judiciário. O recurso é aceito, sendo D. Vital “acusado de desobediência e de fazer guerra formal ao governo imperial, ao código criminal e à Constituição Política”.<sup>37</sup> A seqüência dos acontecimentos em relação a D. Antonio foi a mesma ocorrida com D. Vital. Estava criada a



Questão Religiosa. Os dois bispos julgados culpados pelo Supremo Tribunal do Império foram condenados à prisão de quatro anos com trabalhos. D. Vital e D. Antonio, coerentes com a doutrina da Igreja e com a fé que os animava, não emitiram uma só palavra em suas defesas durante o julgamento, pois entendiam que o tribunal não podia julgá-los em assuntos que envolviam questões espirituais. Os bispos foram defendidos, com brilhantismo, por Zacarias de Goes e Vasconcellos e por Cândido Mendes de Almeida. Apesar do valor e da argumentação da defesa, era sabido, antecipadamente, que ela não lograria êxito, pois “o tribunal, embora limitando-se, no seu pronunciamento, aos aspectos jurídicos da questão, não poderia esquecer, no processo mental não explícito que levava cada um dos juízes a votar, o pano de fundo político-social que envolvia os atos do bispo\*, ainda que este pretendesse manter-se exclusivamente no terreno religioso”.<sup>38</sup> Fora um julgamento político. O tribunal permaneceu dentro das posições legalistas. O imperador, o Conselho de Estado, nem a maioria da classe política entendiam o processo de outra maneira, porque isto seria subordinar o poder civil à Cúria Romana, mormente com a desconfiança que havia “quanto aos rumos tomados pela Igreja, principalmente, após o Concílio Vaticano”.

Enquanto transcorria o julgamento de D. Vital, o imperador envia à Santa Sé o Barão de Penedo, ilustre diplomata e hábil negociador, a fim, segundo alguns historiadores, de obter do Papa uma censura a D. Vital, segundo outros, somente procurar um acordo para que fatos semelhantes não se repetissem. A missão era muito difícil. Penedo obteve carta de amoestação a D. Vital. Entretanto, o julgamento prossegue e vem a condenação de D. Vital. O Papa e a Cúria Romana dizem-se traídos, pois, segundo carta do Cardeal Antonelli ao embaixador do Brasil no Vaticano, “o Sr. Barão de Penedo assegurou ao abaixo assinado que o seu governo se absteria de tomar qualquer medida desagradável contra o bispo de Pernambuco”.<sup>39</sup> Penedo contestou essa versão, afirmando que nenhuma promessa fizera. Pio IX escreve que Penedo lhe dera a palavra “que nada de hostil” far-se-ia contra D. Vital. O governo imperial, não obstante, em nenhum momento cedeu ou transigiu e levou ao fim aquilo a que se dispôs, pois sentiram-se pelos bispos o chefe de gabinete e principalmente o imperador “feridos em suas prerrogativas, uma vez que as bulas contra a maçonaria não tinham sido placitadas”.<sup>40</sup> Foi o que Joaquim Nabuco chamou de “uma crise de majestade”.

Pio IX, escrevendo ao imperador, lembrava-lhe o “Tribunal de Deus” perante o qual teriam de comparecer e acrescentava: “Vossa Majestade, inspirando-se nos exemplos de um Es-

\* **NOTA DO AUTOR** — Refere-se ao julgamento de D. Vital, mas é inteiramente válido para o de D. Antonio.



tado da Europa Central, desvairado pelas pérfidas sugestões da franc-maçonaria, descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces do seu trono. Mas a Igreja há de sair triunfante desta guerra ímpia, porque Jesus Cristo acha-se do seu lado...''<sup>41</sup> Em 1890, em sua pastoral coletiva do episcopado a respeito da separação entre a Igreja e o Estado (então uma realidade com a República), escrevia D. Antonio de Macedo Costa: "O trono desapareceu... e o altar? O altar está de pé."

É interessante observar, apesar de tudo, que nem o Vaticano nem o imperador desejavam a separação da Igreja do Estado. Foi condição para Caxias aceitar a chefia do gabinete, em substituição a Rio Branco, que o imperador anistiasse os bispos. E ele o fez a contragosto. O pensamento de D. Pedro estava expresso na carta dirigida a Caxias, datada de 17 de setembro de 1875, dia em que foi concedida a anistia: "Faço votos para que as intenções do ministério sejam compensadas pelos resultados do ato de anistia, mas não tenho esperança disto. Nunca me agradaram os processos, mas só vi e vejo dois meios de solucionar a questão dos bispos: ou uma energia letal e constante que faça a Cúria Romana recluir as consequências do erro dos bispos ou uma separação, embora não declarada, entre o Estado e a Igreja, o que sempre procurei e procurarei evitar, enquanto não o exigir a independência e, portanto, a dignidade do poder civil."<sup>42</sup>

"Enquanto D. Vital e D. Macedo Costa não haviam sido seguidos pelo Episcopado do Brasil na questão maçônica, sua condenação levantou uma grita formidável de norte a sul do País, a protestar contra o escândalo e a perseguição de que eram alvos os dois antístites, e a leva de broquéis partia das paróquias mais remotas até as autoridades católicas mais graduadas. Onde quer que um sacerdote, um monge, um missionário se encontrasse, uma voz clamaria estigmatizando o proceder do governo, ferreteando ao imperador e aos ministros de inimigos da fé e de menosprezadores da religião (...). Com a anistia, ato de bom senso político, havia a Igreja triunfado da perseguição galicana. Nenhuma questão, tanto como esta, perturbou, durante a monarquia, o espírito público, ferindo a consciência nacional. Nenhuma teve consequências iguais às desta, duradouras, de alcance alongado, e que tanto enfraqueceu o sentimento de lealdade ao Império."<sup>43</sup>

A Igreja Católica ser a igreja oficial implicava, como vimos, a necessidade de ser católico do nascimento ao túmulo. Fosse a Igreja separada do Estado, não ocorreria a Questão Religiosa, pois as penas de interdito, expulsão ou excomunhão ficariam nos limites da Igreja sem desdobramentos sobre o poder temporal. Por sua vez, o Estado não poderia fazer vistas grossas a penalidades impostas, pois se assim fosse "o sofisma da religião oficial patentear-se-ia em toda a sua extensão e significado, com o



Estado reconhecendo como católico cidadão que a Igreja Católica não considerava tal".<sup>44</sup> A partir da condenação dos bispos, o problema religioso existente passa a ser atacado com mais vigor pelas correntes liberais e republicanas. Rui Barbosa, em *O Papa e o Concílio*, assim se expressa: "É entre o regalismo e a teocracia que havemos de escolher; e não defendermos o regalismo, isto é, a autonomia do Estado pondo o veto secular às invasões políticas da Igreja Oficial, a consequência será a teocracia romana, isto é, o Estado servo da Igreja, o Estado clericalizado, o Estado subscrevendo às intimações do *Syllabus*."<sup>45</sup>

\*

Augusto Comte imaginava que o mundo evoluiria no sentido do "Progresso da Humanidade"; seria o renascer da humanidade pela ciência, em razão de leis científicas por ele concebidas. Sua obra, segundo historiadores, escrita em diversas fases de sua vida, e, assim, abrangendo longo período de tempo, não se mostra imutável; ao contrário, apresenta modificações em seu pensamento.

Os seguidores de Comte, os do chamado apostolado, assumiram a responsabilidade pela difusão do que acreditavam ser a ortodoxia, isto é, de divulgarem seus verdadeiros pensamentos. Os heterodoxos, sofistas, como eram denominados pelos do apostolado, aferravam-se a pequenos trechos da volumosa obra, e, mais

como homens de ação do que de pensar, faziam proselitismo, mesmo contrariando a linha geral da doutrina.

Augusto Comte era contra o regime monárquico, ao parlamento, à Igreja, aos legistas. Comte e os militares, pela necessidade profissional destes com o estudo da matemática e com a evolução da ciência, o que sempre ocorria com as guerras, encontraram pontos de contato recíproco em suas idéias, embora o positivismo determinasse o pacifismo.

A Sociedade Positivista do Rio de Janeiro foi fundada a 5 de setembro de 1878. De sua diretoria fazia parte Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Mas foi somente com a chegada da França de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes que o movimento tomou corpo. A doutrina nunca chegou a ser vulgarizada. No 15 de novembro, eram 53 os que pertenciam ao apostolado. Contudo, algumas de suas proposições passaram a ser repetidas: a do altruísmo, "viver para outrem"; a que sustenta o primado da humanidade sobre o indivíduo, "o homem se agita e a humanidade o conduz"; e outras, tais como: "os vivos são cada vez mais governados pelos mortos". E havia uma razão doutrinária para o pequeno número de seguidores ortodoxos. É que os ensinamentos de Comte proibiam a seus discípulos exercer o proselitismo, escrever para jornais, ocupar e candidatar-se a cargos políticos, lecionar em escolas superiores. Acreditava Comte que o mundo evoluiria inexoravelmente em direção



do “progresso da humanidade”, e desse modo seus seguidores não necessitavam imiscuir-se no dia-a-dia das coisas terrenas.

Os do apostolado eram favoráveis à proclamação da República no Brasil, mas da sua república particular: a ditadura republicana, “uma ditadura esclarecida e patriótica, apoiada diretamente no povo, com a eliminação política da burguesia escravista, isto é, com a eliminação do parlamentarismo”,<sup>46</sup> propuseram ao imperador que proclamasse a República e fosse seu primeiro ditador.

Dentre os sofistas destacaram-se os republicanos Silva Jardim, Demétrio Ribeiro e Júlio de Castilho. Contudo, foi a Benjamin Constant, engenheiro militar e professor, que coube o papel mais saliente na formação dos adeptos à causa da República e do positivismo. Isto porque teve a responsabilidade de educar a mocidade militar, turmas após turma de cadetes, e através da palavra, pacientemente, a elas transmitir a idéia da queda da Monarquia e do advento da República. Calógeras assinala que ao final do Império a maioria da oficialidade, da patente de major para baixo, era de republicanos. Acima do posto de major a expressiva maioria era de imperialistas. Benjamin Constant “era ídolo (da mocidade militar) (...). Desde muitos anos fora republicano (...). Para os estudantes militares sua palavra era oracular. Com eles conversando e conferenciando, seu prestígio ia sempre crescendo, até que de uma feita os cadetes

lhe pediram para conduzir o Exército e guiar o País. Numerosos oficiais aderiram a esse movimento ilegal”.<sup>47</sup> Benjamin Constant, mais professor e positivista que militar, em muito contribuiu para desfigurar a formação profissional-militar dos futuros oficiais. Com a complacência de D. Pedro II, que o chamara para mestre de seus netos, introduzia o vírus da política na juventude militar, vírus esse que se torna perigoso quando disseminado entre aqueles a quem a Nação entrega armas para que defendam sua integridade e instituições.

O ponto de aproximação maior entre a doutrina positivista no Brasil e a oficialidade do Exército foi a aversão de ambas aos bacharéis em direito. Comte atacava duramente os legistas e denunciava a malignidade de sua atuação e de sua preponderância. Para os proselitistas brasileiros, mormente para aqueles que pertenciam às Forças Armadas, o que mais alto havia de falar era esta denúncia. Porque caía a propósito em um estado onde aos bacharéis de direito se dava tradicionalmente um papel privilegiado nos cargos que dominavam os postos decisórios no governo e na política do Império.

Sob a participação positivista na Proclamação da República, assim se pronunciou Miguel Lemos, em circular do diretor da Igreja Brasileira: “Importa notar (...) que não nos cabe a mínima parcela de responsabilidade pela insurreição de 15 de novembro de 1889, da qual resultou a procla-



mação legal da República no Brasil. '948

Afigura-se razoável concluir que Benjamin Constant, muito mais que o positivismo, teve a ver com a República, pois esta foi fruto de um golpe militar, praticamente do Exército, na Corte, com o apoio da oficialidade jovem, discípulos de Benjamin. Os republicanos civis de primeira e última hora não contribuíram decisivamente para que a República fosse proclamada em 15 de novembro, até porque eram poucos e com participação política limitada.

A marca maior, perene, deixada pelo positivismo — uma doutrina dogmática, antidemocrática, agnóstica e

materialista — em nossa História deve-se ao lema Ordem e Progresso, tirado da máxima “amor por princípio, ordem por base e progresso por fim”, que, com a República, passou a fazer parte de nossa bandeira.

Se o papel do positivismo não foi decisivo para a proclamação da República, o mesmo não se pode dizer da influência que teve, através do Exército, na vida política do Brasil republicano. E, parece razoável que assim fosse, em razão do fator multiplicador do trabalho de Benjamin Constant junto aos cadetes, que, no futuro, ao longo da carreira, influenciariam, por sua vez, as novas linhagens de oficiais.

## BIBLIOGRAFIA

1. GAMA BARROS, Henrique da. *História da Administração pública em Portugal*. Lisboa, Sá da Costa, 1945, tomo III, p. 257, nº 4. Citada por Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, Editora Globo, 7ª edição, volume I, pp. 49 e 50.
2. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 50.
3. RUSSEL, Bertrand. *Liberdade e organização*. Tradução de Brenno Silveira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2º volume, p. 35.
4. SCHULTZ, John (Universidade de Princeton, EUA). *O Exército e o Império*. História Geral da Civilização Brasileira — DIFEL, São Paulo, 1974.
5. Ibid., pp. 241 e 242.
6. SOUZA CARVALHO. *Um estadista do Império*. Tomo II, p. 5. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 323.
7. FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 323.
8. AMADO, Gilberto. *À margem da história da república*. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 323.
9. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. Livro 4º p. 242.
10. Ib. pp. 62 e 63.
11. GONÇALVES, Roberto Mendes. *Um diplomata austríaco na corte de São Cristóvão*. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 334.
12. D. PEDRO II. *Conselhos a regente*. S. José, Rio, 1958, p. 27. Citado por Raymundo Faoro, op. cit. p. 343.
13. Ibid., pp. 661, 662 e 663.
14. Ibid., p. 674.
15. Ibid., p. 674, nota.
16. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit. p. 242.
17. Ibid., p. 245.
18. WERNECK SODRÉ, Nelson. *A história militar do Brasil*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 116, 3ª edição.
19. —. *As razões da Independência*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 261.



20. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit. 1972, livro 5º, p. 283.
21. NABUCO, Joaquim. Op. cit. pp. 58, 59 e 60.
22. WEREBE, Maria José Garcia. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4º volume, 2ª edição, p. 367.
23. Ibid., p. 369.
24. Ibid., p. 370.
25. Ibid., p. 371.
26. Ibid., p. 382.
27. Ibid., p. 377.
28. Ibid., p. 376.
29. RUSSEL, Bertrand. op. cit. p. 36.
30. MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Editora Globo, 2ª edição, 1955, pp. 162 e 173.
31. Ibid., p. 163.
32. BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. Companhia Editora Nacional — tradução de Monteiro Lobato, p. 65.
33. M. DE BARROS, Roque Spencer. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 4º volume, p. 346.
34. Ibid., p. 341.
35. Ibid., p. 338.
36. Ibid., pp. 340 e 341.
37. Ibid., p. 349.
38. Ibid., p. 361.
39. Ibid., p. 357.
40. MAGALHÃES JÚNIOR, R. Teodoro. *A espada contra o Império*. São Paulo, Editora SA, 1957, volume I, p. 145.
41. M. DE BARROS, Roque Spencer. Op. cit. p. 363.
42. Ibid. p. 354.
43. CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5ª edição, Biblioteca do Exército Editora, 1957, p. 362.
44. M. DE BARROS, Roque Spencer. op. cit. p. 341.
45. Ibid., p. 343.
46. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit. p. 292.
47. CALÓGERAS, Pandiá. Op. cit. pp. 398 e 399.
48. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Op. cit. p. 294.

MARIO JORGE DA FONSECA HERMES é Almirante-de-Esquadra da Reserva Remunerada da Marinha de Guerra do Brasil.